



INFORMATIVO MENSAL

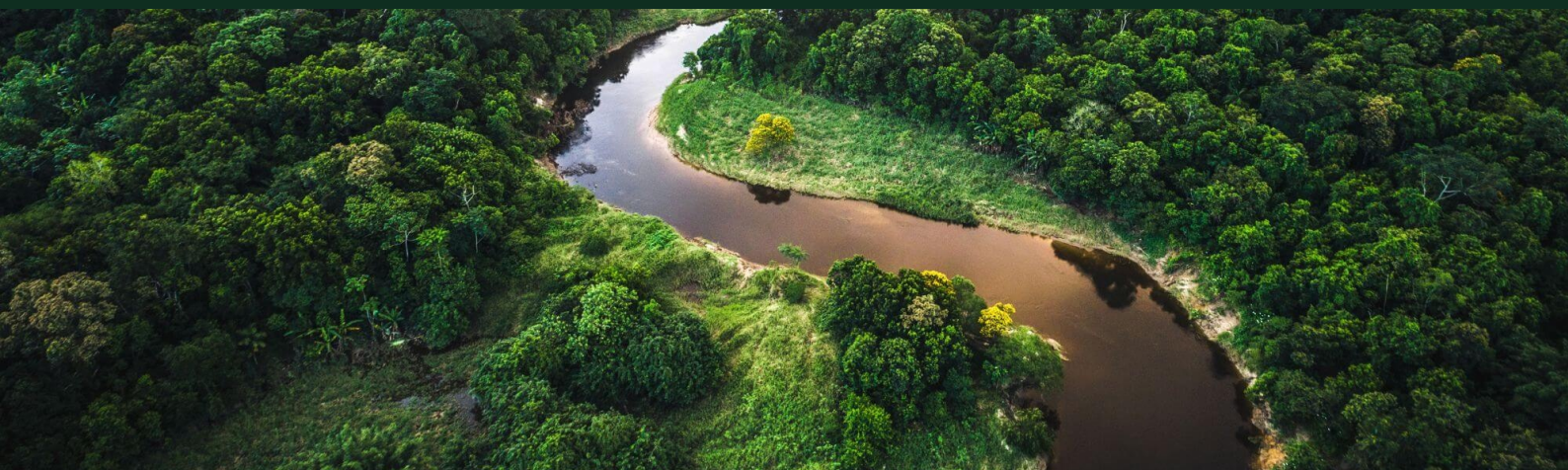
Direito Ambiental & Agronegócio

Decisões comentadas, fiscalização e notícias para o produtor rural

EDIÇÃO DE

Maio de 2026

"Entre o que o Congresso propõe e o que o STF decide, quem produz precisa de defesa técnica hoje."



NESTA EDIÇÃO

Sumário

1 Julgados do mês, comentados

21 decisões em 4 tribunais

2 Os números da fiscalização

Autuações e embargos do IBAMA e da SEMA-MT

3 Notícias do mês

8 notícias que afetam o produtor rural

4 Assessoria que protege

Por que contar com especialistas

21

DECISÕES

613

AUTUAÇÕES

8

NOTÍCIAS

— Editorial

Maio foi o mês em que a disputa sobre a fiscalização ambiental ficou às claras. De um lado, a Câmara reagiu às operações por satélite e aprovou projeto que proíbe o IBAMA de autuar e embargar apenas com imagem de sensoriamento remoto, exigindo notificação prévia. De outro, o STF endureceu: uma decisão reconheceu o embargo ambiental como imprescritível, prolongando seus efeitos no tempo. No meio do caminho, a SEMA-MT divulgou um balanço recorde — R\$ 2,9 bilhões em multas e 121 mil hectares embargados em 2025 — enquanto o CMN deu fôlego ao produtor, adiando para 2027 e 2028 a trava ambiental do crédito rural, e a Aprosoja levou ao STF a tese contra os embargos sem culpa provada. É um cenário em movimento, em que cada semana muda a regra do jogo. Reunimos aqui as decisões comentadas pelo escritório, os números da fiscalização e as notícias que todo produtor precisa acompanhar para não ser pego de surpresa.

— Equipe Diovane Franco Advogados · OAB/MT 29.530

1. Julgados do mês, comentados

As 21 decisões ambientais analisadas pelo escritório em Maio. Toque em qualquer uma para ler o comentário completo no site.

TRF-1 · 01/05

Justiça Federal limita bloqueio de frigoríficos à área efetivamente embargada

Justiça Federal em Marabá determinou que bloqueios de frigoríficos vinculados aos TACs da Carne se limitem à área efetivamente embargada, vedando o bloqueio integral da propriedade por desmatamento parcial.

Cadeia produtiva da pecuária na Amazônia · Embargo ambiental

[Ler no site >](#)

TRF5 · 04/05

Justiça Federal anula lançamento de ITR que ignorou APP e florestas nativas do imóvel

Justiça Federal da PB anulou lançamentos de ITR que fixaram GUT em zero por falta de ADA, reconhecendo APP, florestas nativas e pousio comprovados por perícia. Alíquota voltou de 8,60% para 0,30%.

Área de preservação permanente · Ato declaratório ambiental

[Ler no site >](#)

TJMT · 15/05

Titularidade registral não substitui nexos causal na responsabilização ambiental

TJMT manteve embargo ambiental contra proprietário registral que alegou ter vendido o imóvel antes do desmatamento. Decisão confunde titularidade formal com responsabilidade subjetiva.

Embargo ambiental · Monitoramento remoto por satélite

[Ler no site >](#)

TRF-1

16 decisões

- 01/05** Justiça Federal limita bloqueio de frigoríficos à área efetivamente embargada
Justiça Federal em Marabá determinou que bloqueios de frigoríficos vinculados aos TACs da Carne se limitem à área efetivamente embargada, vedando o bloqueio integral da propriedade por desmatamento parcial.
[Cadeia produtiva da pecuária na Amazônia](#) [Embargo ambiental](#) [PRODES INPE](#) 1001192-43.2025.4.01.3901
[Ler completo >](#)
-
- 05/05** Embargo coletivo de 19 anos suspenso para assentada em regularização ambiental
Justiça Federal suspende embargo ambiental de 19 anos sobre lote de assentada que já regularizou CAR, aderiu ao PRA e obteve autorização de funcionamento. Decisão reconhece desproporcionalidade do embargo coletivo.
[cadastro ambiental rural](#) [Embargo ambiental](#) [prescrição administrativa](#) 1001025-07.2026.4.01.3605 [Ler completo >](#)
-
- 06/05** TRF1 absolve agricultor por ausência de dolo em crime ambiental na Amazônia
TRF1 absolve agricultor condenado por desmatamento em terra pública na Amazônia, reconhecendo ausência de dolo e insuficiência de provas produzidas em juízo pela acusação.
[Crime ambiental](#) [Desmatamento na Amazônia legal](#) [Elemento subjetivo do tipo penal](#) 1001106-37.2023.4.01.3903
[Ler completo >](#)
-
- 07/05** Justiça Federal rejeita denúncia criminal baseada exclusivamente no CAR
Justiça Federal em RO rejeitou denúncia criminal por desmatamento cuja autoria foi atribuída ao produtor apenas com base no CAR. Decisão reforça que o cadastro não é prova de autoria e não substitui investigação.
[Autoria delitiva](#) [cadastro ambiental rural](#) [Crime ambiental](#) 1001926-10.2024.4.01.4101 [Ler completo >](#)
-
- 08/05** Justiça suspende embargo do IBAMA em área com autorização municipal de supressão
Justiça Federal de Paragominas suspende embargo e auto de infração do IBAMA contra produtora rural que possuía autorização municipal de supressão vegetal. Decisão reforça que o IBAMA não pode ignorar licenças do SISNAMA.
[Auto de infração IBAMA](#) [Competência ambiental e LC 140/2011](#) [Embargo ambiental](#) 1002763-97.2026.4.01.3906
[Ler completo >](#)
-
- 11/05** TRF1 absolve réu de crime ambiental por falta de perícia técnica obrigatória
TRF1 absolveu réu de crime ambiental e desobediência por ausência de perícia técnica. Laudos administrativos do IPHAN não suprem o exame de corpo de delito exigido pelo art. 158 do CPP.
[Crime ambiental](#) [Embargo ambiental](#) [exame-de-corpo-de-delito](#) 1031101-75.2021.4.01.3900 [Ler completo >](#)
-
- 12/05** Embargo ambiental registrado contra quem não é dono nem possuidor do imóvel
Justiça Federal de Gurupi/TO determinou que ICMBio exclua registros de embargo ambiental lançados contra pessoa que não era proprietária nem possuidora do imóvel. Multa já havia sido prescrita.
[Embargo ambiental](#) [icmbio](#) [IRDR 94 TRF1](#) 1016217-63.2025.4.01.4300 [Ler completo >](#)
-
- 13/05** TRF1 anula embargo ambiental lavrado sem auto de infração e sem nexo causal
TRF1 mantém nulidade de embargo ambiental lavrado sem auto de infração, sem nexo causal e sem imputação de conduta, determinando exclusão da lista pública de áreas embargadas.
[Embargo ambiental](#) [fiscalização remota IBAMA](#) [nexo-de-causalidade](#) 1000710-25.2021.4.01.3905 [Ler completo >](#)
-
- 14/05** Justiça Federal anula doze autos de infração e nove embargos do ICMBio por ausência de autoria
Justiça Federal em Redenção/PA anula 12 autos de infração e 9 embargos do ICMBio por ausência de nexo causal entre o proprietário e os danos ambientais causados por terceiros invasores.
[Autoria e nexo causal](#) [Controle judicial de atos administrativos](#) [Embargo ambiental](#) 1006111-63.2025.4.01.3905
[Ler completo >](#)

18/05

TRF1 anula embargo do IBAMA em pequena propriedade com atividade de subsistência

TRF1 mantém anulação de embargo do IBAMA em pequena propriedade rural de subsistência, afastando exigência de prova contábil formal e reconhecendo a exceção do art. 16 do Decreto 6.514/08.

Atividade de subsistência familiar

CAR

Embargo ambiental

1001011-10.2018.4.01.3603 [Ler completo >](#)

22/05

CAR validado basta para excluir áreas ambientais da base de cálculo do ITR

Justiça Federal de MT cancela cobrança de ITR ao reconhecer que CAR validado é prova suficiente para excluir APP, reserva legal e floresta nativa da base de cálculo do imposto.

Ato declaratório ambiental

cadastro ambiental rural

ITR e áreas ambientais

1014884-42.2025.4.01.3600

[Ler completo >](#)

25/05

TRF1 mantém suspensão de embargos ambientais e reconhece competência supletiva do IBAMA

TRF1 rejeita embargos de declaração do IBAMA e mantém suspensão de embargos ambientais sobre imóvel regularizado pelo órgão estadual, reafirmando a competência supletiva da autarquia federal.

Competência supletiva do IBAMA

Embargo ambiental

Embargos de declaração

0027631-93.2010.4.01.3300

[Ler completo >](#)

26/05

Juízo federal rejeita prescrição e mantém embargo mesmo após aprovação do CAR

Justiça Federal em MT rejeita prescrição intercorrente e mantém embargo de 570 ha mesmo após aprovação do CAR e celebração de termo de compromisso de recuperação. Decisão confunde responsabilidade civil propter rem com autoria na esfera sancionatória.

Auto de infração IBAMA

cadastro ambiental rural

Embargo ambiental

1006944-26.2025.4.01.3600 [Ler completo >](#)

27/05

TRF1 mantém embargo após falecimento do autuado e confunde reparação civil com persecução administrativa

TRF1 mantém embargo ambiental mesmo após falecimento do autuado, confundindo reparação civil com persecução administrativa. Decisão indeferiu tutela de urgência e manteve sobrestamento pelo IRDR 94.

Acessoriedade do embargo

Embargo ambiental

IRDR 94 TRF1

0002079-17.2015.4.01.3603 [Ler completo >](#)

28/05

Justiça Federal julga improcedente ACP ambiental por insuficiência probatória do MPF

Justiça Federal em Roraima julga improcedente ACP do MPF por desmatamento de 53 ha. Produtor comprovou autorização estadual para supressão e MPF não produziu prova técnica complementar.

Ação civil pública ambiental

Embargo ambiental

Licenciamento ambiental

1004597-97.2024.4.01.4200

[Ler completo >](#)

29/05

Justiça Federal suspende embargo do IBAMA em área com reserva legal aprovada pelo órgão estadual

Justiça Federal suspende embargo do IBAMA sobre área com reserva legal realocada por órgão estadual, reconhecendo desproporcionalidade e risco ao crédito rural do produtor.

competência ambiental LC 140/2011

Crédito rural e restrições ambientais

Embargo ambiental

1011102-11.2026.4.01.3400 [Ler completo >](#)**TJMT**

1 decisão

15/05

Titularidade registral não substitui nexa causal na responsabilização ambiental

TJMT manteve embargo ambiental contra proprietário registral que alegou ter vendido o imóvel antes do desmatamento. Decisão confunde titularidade formal com responsabilidade subjetiva.

Embargo ambiental

Monitoramento remoto por satélite

Obrigação propter rem

1007615-36.2026.8.11.0000

[Ler completo >](#)

TRF5

1 decisão

04/05

Justiça Federal anula lançamento de ITR que ignorou APP e florestas nativas do imóvel

Justiça Federal da PB anulou lançamentos de ITR que fixaram GUT em zero por falta de ADA, reconhecendo APP, florestas nativas e pousio comprovados por perícia. Alíquota voltou de 8,60% para 0,30%.

Área de preservação permanente

Ato declaratório ambiental

CAR

0805276-69.2022.4.05.8200 [Ler completo >](#)

Outros

3 decisões

19/05

Justiça Federal afasta responsabilidade de quem não exercia posse ao tempo do desmatamento

Justiça Federal julga improcedente ação civil pública contra produtor que havia perdido a posse da área antes do desmatamento, reconhecendo ausência denexo causal e afastando responsabilidade propter rem.

1019637-54.2020.4.01.3200 [Ler completo >](#)

20/05

TRF1 mantém anulação de embargo que atingiu propriedade rural por ato de terceiro

TRF1 manteve anulação de embargo aplicado sobre toda a propriedade rural por ato de terceiro, sem prova de dano ambiental. Decisão reforça intranscendência da sanção e exigência de proporcionalidade.

1001805-12.2024.4.01.3606 [Ler completo >](#)

21/05

Embargo que invade propriedade vizinha sem infração é ilegal e deve ser excluído

Sentença determina exclusão de 1,32 ha de embargo que invadiu propriedade vizinha sem infração ambiental. Sobreposição gerou bloqueio indevido de crédito rural ao produtor.

1002765-74.2024.4.01.3603 [Ler completo >](#)

2. Os números da fiscalização

Autuações e embargos lavrados em Maio/2026, a partir dos dados oficiais do IBAMA (Dados Abertos) e da SEMA-MT (Transparência).

IBAMA · Brasil autos e embargos — maio/2026

Dados federais em consolidação. A base de Dados Abertos do IBAMA publica os autos de infração com defasagem típica de 1 a 2 meses, de modo que os números de maio ainda não fecharam — a posição consolidada entrará na próxima edição. Para referência, no acumulado do ano o IBAMA registra **4.924 autos** e **R\$ 1,44 bi** em multas no país.

SEMA-MT · Mato Grosso autos e embargos — maio/2026

+10,6% vs mai/25**613**

Autos de infração

R\$ 240,1 mi

Em multas

294

Embargos

47.420 ha embargados

R\$ 85,2 mi

Maior multa

Torixoréu

Leitura do mês: com os dados federais de maio ainda em consolidação, o destaque fica com a SEMA-MT, que autuou **613 produtores em maio** (alta de 26,2% sobre maio de 2025) e R\$ 240,1 mi em multas no mês. O balanço

estadual de 2025 dá a dimensão do cerco: **R\$ 2,9 bilhões** em multas e **121 mil hectares** embargados. Um dado é estratégico para a defesa: segundo a própria SEMA, 79,7% das autuações foram presenciais e apenas 20,3% remotas — o que reforça a importância de checar a regularidade formal de cada auto.

3. Notícias do mês

O que aconteceu em Maio e afeta diretamente quem produz e quem é autuado — selecionado e comentado pelo escritório.

O TEMPO · 20/05/2026

Câmara aprova projeto que proíbe o IBAMA de autuar só com base em imagem de satélite

No "Dia do Agro", a Câmara aprovou o PL 2.564/2025, que altera a Lei de Crimes Ambientais para vedar embargo ou medida cautelar baseados exclusivamente em detecção remota, exigindo notificação prévia do autuado. Foi reação direta a operações do IBAMA apoiadas em satélite. O texto segue para o Senado.

Por que importa: Se virar lei, fortalece muito a defesa de quem é embargado por monitoramento remoto: passa a exigir verificação física e contraditório antes da autuação.

[Ler na fonte >](#)

DIÁRIO DO ACRE · 28/05/2026

Aprosoja vai ao STF contra o "embargão" ambiental e a trava do crédito rural

Aprosoja Brasil e Aprosoja-MT pediram ingresso como amici curiae na ADPF 1228 (rel. min. Gilmar Mendes), atacando embargos aplicados mesmo quando o dano vem de terceiros, embargos coletivos que atingem centenas de imóveis sem individualizar responsabilidade e as restrições automáticas ao crédito rural.

Por que importa: Ação mira exatamente o perfil de cliente do escritório — produtor embargado sem culpa provada e barrado no crédito; o resultado pode mudar a defesa desses casos.

[Ler na fonte >](#)

MINISTÉRIO DA FAZENDA / CMN · 12/05/2026

CMN adia para 2027/2028 o bloqueio de crédito rural por regra ambiental

A Resolução CMN 5.268 vincula o crédito agrícola à consulta prévia ao PRODES/INPE. Em 12/05, o CMN adiou os prazos: grandes imóveis só serão checados em jan/2027, médios em jul/2027 e pequenos em jan/2028. Aceita ASV, ato estadual equivalente e Termo de Compromisso Ambiental para comprovar regularidade.

Por que importa: Dá fôlego imediato ao produtor com pendência ambiental que precisa de financiamento e indica os documentos que regularizam a supressão pós-2019.

[Ler na fonte >](#)

CANALMT · 26/05/2026

SEMA-MT aplicou R\$ 2,9 bilhões em multas e embargou 121 mil hectares em 2025

Ao lançar o Plano Anual de Combate ao Desmatamento e Incêndios 2026, a SEMA-MT divulgou que aplicou R\$ 2,9 bi em multas e embargou 121 mil hectares em 2025, com 4.196 autos de infração. Um dado chamou atenção: 79,7% das autuações foram presenciais e apenas 20,3% remotas.

[Ler na fonte >](#)

GIRO DO BOI / CANAL RURAL · MAIO/2026

STJ: indenização por dano ambiental só quando a recuperação for inviável

No REsp 2.078.222, a 2ª Turma do STJ firmou que a indenização financeira por dano ambiental só é exigível quando a recuperação total da área não for viável, evitando penalidades cumulativas para o produtor que já cumpre a obrigação de recuperar.

SAES ADVOGADOS · ANÁLISE DE 05/05/2026

STF reacende o debate sobre embargo ambiental "imprescritível"

Decisão monocrática no STF acolheu tese do IBAMA reconhecendo a imprescritibilidade do embargo ambiental, atribuindo-lhe finalidade reparatória autônoma, e não apenas cautelar. Diverge do TRF1, que via o embargo como medida acautelatória. Na prática, os efeitos do embargo podem se prolongar de forma ilimitada.

[Ler na fonte >](#)

CONJUR · 10/05/2026

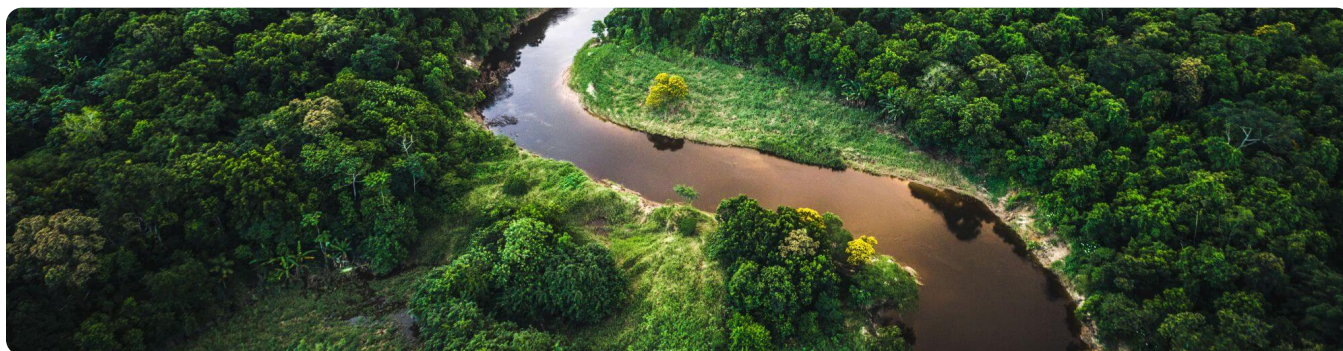
TJ-PA: registro no CAR, sozinho, não obriga a reflorestar

O TJ-PA decidiu que o CAR não tem caráter constitutivo de propriedade ou posse — é autodeclaratório. Logo, não se pode impor obrigação de reflorestar ou suspender atividade com base apenas no CAR: é preciso provar o vínculo concreto do réu com o dano e a posse efetiva da área.

[Ler na fonte >](#)[Ler na fonte >](#)**IBAMA · MAIO/2026**

Operação Maravalha: IBAMA apreende 15 mil m³ de madeira e aplica R\$ 110 milhões em multas no Pará

O IBAMA fiscalizou 70 serrarias em três municípios do Pará — todas com alguma irregularidade —, apreendeu 15 mil m³ de madeira serrada, demoliu 4 serrarias clandestinas e aplicou R\$ 110 mi em multas, com prisão em flagrante por tentativa de suborno a fiscal.

[Ler na fonte >](#)

O **Diovine Franco Advogados** é um escritório especializado em **Direito Ambiental** e **Direito do Agronegócio**, fundado em **Sinop/MT** — coração do agronegócio brasileiro. Somos referência nacional na defesa de **produtores rurais, empresas do setor, cooperativas, sindicatos, federações e confederações** em todas as esferas: administrativa, judicial e consultiva.

O escritório é liderado pelo **Dr. Diovine Franco**, ex-servidor dos **Tribunais Regionais Federais da 1ª e 3ª Regiões**, mestrando em Ciência Jurídica pela UNIVALI com período na **Universidad de Alicante** (Espanha), **Diretor Jurídico do Instituto de Direito Agroambiental**, membro do **Instituto Brasileiro de Direito Administrativo Sancionador** e autor pela **Thomson Reuters** da obra Embargos Ambientais em Áreas Rurais (2025) — obra pioneira sobre a Teoria Geral do Embargo Ambiental no Brasil —, além de colunista regular em **Migalhas, ConJur** e **Compre Rural**.

Como mostram os julgados deste informativo, **boa parte das autuações não se sustenta quando enfrentada com técnica**. Conhecer o caminho certo, no prazo certo, é o que protege o seu patrimônio.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Defesa em autos de infração e multas do IBAMA e SEMA

Desembargo de áreas e suspensão de embargos indevidos

Prescrição de multas e nulidade de autuações

Licenciamento, CAR, PRA e regularização fundiária

Liberação de crédito rural travado por questão ambiental

Crime ambiental e Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

FALE COM O ESCRITÓRIO

Seu caso merece uma análise especializada

Cada auto de infração, cada embargo por satélite e cada nova regra pode significar a paralisação de uma fazenda ou o vencimento antecipado de uma dívida. Não enfrente sozinho.

ATENDIMENTO DIRETO

(66) 99955-5402

contato@diovanefranco.com.br · diovanefranco.com.br

DIOVANE FRANCO ADVOGADOS

Sinop/MT · Belém/PA · Brasília/DF · Novo Progresso/PA · Rio de Janeiro/RJ

Informativo Maio/2026. Conteúdo informativo, não constitui parecer ou consulta jurídica. Dados de fiscalização: IBAMA (Dados Abertos) e SEMA-MT (Transparência).